

# DITADURA MILITAR NO MARANHÃO\*

*Arleth Santos Borges*  
UFMA

## 1964 – Recepções ao golpe no Maranhão

A despeito dos revisionismos sobre a duração da ditadura e sua caracterização como militar ou civil–militar, o presente artigo acompanha a numerosa e consistente bibliografia acadêmica e memorialística que considera que a ditadura foi efetivamente implantada em 1964, se estendeu pelo menos, até 1985, e foi essencialmente militar, embora o golpe de Estado que a instituiu tenha sido civil–militar. Sua construção se deu a partir de ampla articulação civil e militar voltada para uma específica agenda econômica e para a contenção do ativismo político de sindicatos operários, camponeses, reformistas, nacionalistas e comunistas, fortalecidos na breve República de 1946.

No início da década de 1960, esse ativismo se tornou mais intenso, constituindo–se como principal ingrediente das crises do governo de João Goulart, o qual, desde a sua posse, esteve acossado por forças antidemocráticas, apavoradas com a presença popular na cena política, com a “ameaça” comunista e com fantasiosa conversão do país em uma “república de sindicalistas”. Em meio a conflitos cada vez mais acirrados e polarizados, João Goulart foi deposto por meio de um golpe civil–militar e o governo passou às mãos de militares que, apoiados por civis de diversos campos – político, empresarial, religioso, midiático, intelectual etc –, instauraram uma ditadura que se estendeu por mais de duas décadas.

Estes elementos, também presentes no Maranhão, emolduraram a recepção ao golpe nesse estado e se completam com a sempre renovada disposição dos governantes locais em se manterem alinhados ao governo federal (REIS, 2007). Assim, não surpreende que o clima dos dias que antecederam o golpe tenha sido “mais de expectativa que de agitação” (BUZAR, 1998, p. 441). Mais que expectativa: as autoridades locais – governador Newton Bello, Assembleia Legislativa e as forças militares, representadas pelo 24º Batalhão de Caçadores (24BC) se apressaram em explicitar congratulações e integral apoio ao movimento “revolucionário” de 1964, como se vê em passagens, citadas pelo mesmo autor:

---

\*DOI - 10.29388/978-65-86678-62-8-0-f.77-104

O Coronel Raimundo Rivas de Carvalho Lima, comandante da Guarda Federal, “comunicou-se com os Comandos do IV Exército e da 10ª região Militar dando conta de que os oficiais sob seu comando estavam em sintonia com os motivos que levaram o Exército a se sublevar, para restaurar a disciplina nos Quartéis e evitar que o País caminhasse para o comunismo” (BUZAR, 1998, p. 441).

Em 08 de abril, o governador Newton Bello tornou pública posição de: “integral solidariedade às gloriosas Forças Armadas pela defesa das instituições democráticas e sua enérgica ação repressiva contra a conspiração comunista que ameaçava a Nação; decidida colaboração ao retorno do país à tranquilidade e à completa normalidade constitucional [...], e [defesa da] eleição mais cedo, possível, na forma da Constituição, do novo presidente da República [...] cuja escolha deverá recair na pessoa do general do Exército Humberto de Alencar Castelo Branco (p.446).

A Assembleia Legislativa do Maranhão, por iniciativa das lideranças do PSD, no afã de agradar aos militares avocou para si a incumbência ilegal e ilegítima de cassar mandatos populares (...) adotando providência insólita e impertinente de votar e aprovar o Projeto de Resolução, de 16 de abril de 1964, regulando a cassação de mandatos de prefeitos municipais e membros dos corpos legislativos estaduais e municipais.<sup>1</sup>

Fora do âmbito estatal, Buzar (1998) deixa entrever que as resistências imediatas ficaram nas intenções, devido, entre outros fatores, a medidas preventivas dos órgãos de segurança, tais como: declaração de que não tolerariam protestos proibição de passeatas, comícios e reuniões de qualquer natureza; mobilização de tropas policiais pela cidade; invasões de órgãos e prisão de pessoas que pudessem oferecer resistências; intervenções em sindicato (dos bancários), na União dos ferroviários, em entidades estudantis universitárias e repartições públicas federais. Assim, e acompanhando a posição do próprio presidente João Goulart, a resistência popular caiu no vazio e não houve a mobilização anunciada pelo Pacto dos Trabalhadores e Frente de Mobilização Popular, uma manifestação da Câmara de Vereadores da capital em defesa do governo de João Goulart e a greve que Sindicatos da Orla Marítima e estudantes pretendiam realizar.

Nessa direção, outras e mais incisivas medidas de apoio ao novo regime e às suas políticas de controle e repressão foram adotadas em diversos níveis no estado do Maranhão. Dada a escassez de estudos sobre a ditadura mili-

---

<sup>1</sup> O tom assumidamente acusatório desta citação tem a ver com o fato de seu autor, Benedito Buzar, ser um dos deputados cassados e, portanto vítima de um processo que afirma ser de motivação persecutória e sem fundamentos legais, mesmo considerando a legislação de exceção do Ato Institucional nº 1(AI 1).

tar nesse estado e o foco daqueles existentes em análise de pontos específicos, a opção no presente artigo é por uma abordagem mais abrangente e consequentemente, menos detalhada, centrada nas seguintes questões: 1) deslocamento de elites dirigentes associadas à “velha ordem” e identificadas com o pessedismo e o trabalhismo; 2) controle sobre o executivo e legislativo estadual, poderes municipais, partidos e eleições; 3) repressão ao “inimigo subversivo”, e 4) a dinâmica da transição “lenta gradual e segura” no Maranhão, apontando os principais movimentos de oposição à ditadura naquele contexto.

## **Deslocamento de elites dirigentes associadas à “velha ordem”**

Em 1964, a política maranhense era comandada por Vitorino Freire (1908–1977), pernambucano que veio para o Maranhão em julho de 1934 como secretário do interventor Antônio Martins de Almeida; afastou-se no período do Estado Novo, quando o interventor federal Paulo Ramos conseguiu do presidente Getúlio Vargas a garantia de que Freire não interferiria na política estadual, retornando em 1945 com a função de organizar, primeiro a campanha presidencial de Eurico Gaspar Dutra, e, depois que este foi eleito, organizar a política estadual em bases do recém instaurado regime democrático, comandado pela coalizão PSD/PTB e, na oposição, a UDN. Veio para o Maranhão escudado em vínculos de confiança e amizade que mantinha com Dutra, elegendando-se deputado federal constituinte por esse estado em 1946, mas permaneceu no cargo somente dois anos, pois já em 1947 candidatou-se e foi eleito senador, posição que ocupou até 1971.

A proximidade como o governo federal foi a tal ponto valorizada por Freire que este nunca pleiteou o cargo de governador, embora fosse detentor de recursos e poderes decisórios sobre candidaturas e campanhas eleitorais no estado, como se constata em fala do governador eleito em 1960, Newton Bello que, no afã de encerrar disputas intrapartidárias sobre quem seria candidato ao governo do estado, faz declaração em que jacta a sua própria importância à condição de ser o escolhido de Vitorino Freire. Diz ele:

Eu sou candidato do senador Vitorino Freire, foi ele quem lançou meu nome para governador do Maranhão. Antes até do lançamento oficial, sabia que seria seu candidato, pois ele afirmou isso para o chanceler Oswaldo Aranha, na ONU, mais de um ano antes de meu nome ser lançado. O registro de minha candidatura foi feito pelo próprio senador Vi-

torino Freire, com antecedência, para que não restasse qualquer dúvida (O Imparcial, 22/11/1959 apud BUZAR, 1998, p.375–376).

Na mesma direção, Caldeira (1978) observa que nas eleições de 1947 Vitorino Freire conquistou o poder político no Maranhão, adotando uma política de tipo mandonista, denominada vitorinismo, cujo domínio ao longo do período 1947–1964 se materializou, entre outros elementos, na indicação e eleição de todos os governadores desse período. Quanto aos métodos associados a esse domínio, eles seguiam à risca a máxima coronelista que Leal (1997) identificara na primeira República (1889–1930), segundo a qual, em “eleições, a única vergonha é perder” (p. 60). Com efeito, as vitórias em todas as eleições majoritárias do período foram acompanhadas de acusações de descomedidos usos da “máquina do Estado” mediante distribuição de verbas e obras públicas, empregos para aliados, demissões de adversários, fraudes eleitorais, manipulações de direções partidárias, influências sobre a justiça eleitoral, entre outras. E, para que não fiquemos só no discurso de combate dos adversários, vale observar medidas como a revisão eleitoral, há muito reivindicada pelas oposições como indispensável proteção contra a “máquina vitorinista”, mas só realizada em 1965. Nesta revisão, a exclusão dos “eleitores fantasmas” reduziu em 69% o eleitorado maranhense, que passou de 192.129 para 59.975 (BUZAR, p. 462–463).

Ressalte-se que Vitorino Freire jamais se posicionou contra a chamada “revolução de 1964”, ao contrário! Mas, desde a vitória da UDN na eleição de Jânio Quadros para presidente da República, um dos seus principais trunfos – a proximidade e influência junto ao governo federal – começa a enfraquecer e abre espaços logo capturados pelo ex-pessedista e neo-udenista, deputado federal José Sarney, incansável na busca de tomar para si a função de porta-voz das demandas maranhenses junto ao governo federal. A disputa com Freire segue intensa e com a renúncia de Jânio e posse de João Goulart (PTB/PSD), novamente Freire se fortalece e capitaliza seu renovado prestígio bancando nomeações de correligionários para importantes cargos federais. Sarney perde espaço até que o jogo vire novamente, em abril de 1964.

Ainda sob influxos da posse de Goulart, o vitorinismo (PSD/PTB) venceu, no pleito de 1962, a disputa para o Senado e Câmara Federal. José Sarney, tendo se voltado mais para a política local, conseguiu renovar seu mandato de deputado federal com expressiva votação, sobretudo na capital, credenciando-se, assim, para futura disputa ao governo estadual. A oposição ao vitorinismo era protagonizada por coalizão político-eleitoral, denominada “Oposições Coligadas”, constituídas pela União Democrática Nacional, UDN; Partido Re-

publicano, PR; Partido Liberal, PL, e Partido Social Progressista, PSP, sob a liderança da primeira. Algumas vezes, porém, concorreram com candidatos oriundos ou mesmo defenestrados do grupo vitorinista; o próprio Sarney iniciou sua carreira política sob o apadrinhamento de Freire.

Para além das disputas eleitorais, uma oposição não oligárquica e mais popular pode ser identificada no *Jornal do Povo*, e seu editor–chefe, Neiva Moreira, jornalista maranhense recrutado no Rio de Janeiro, onde trabalhava e alcançou grande prestígio profissional. Moreira retornou ao Maranhão em 1950 para atuar no *Jornal do Povo*, ligado ao Partido Social Progressista – PSP, do governador paulista, Ademar de Barros, cujo propósito de ser presidente da República o levou a estabelecer bases de apoio em várias regiões do país. Com linha editorial focada em questões sociais e no nacionalismo, em pouco tempo o *Jornal* e seu editor adquiriram grande popularidade. Com isso, Neiva Moreira se credenciava como importante competidor eleitoral, sendo eleito deputado estadual já em 1950 e federal em 1954, 1958 e 1962. Suas expressivas votações, sobretudo na capital, lhe conferiam a condição de candidato natural e forte para disputar o governo, em 1965.

Para esse pleito, José Sarney se antecipou. Aproveitando–se de conflitos internos, locais e nacionais, na coalizão PSD/PTB, desvinculou–se da UDN e lançou sua candidatura com dois anos de antecedência por dois partidos sem destaque na política local ou nacional: o Partido Republicano (PR) e Partido Trabalhista Nacional (PTN). Os pré–candidatos a disputarem com ele seriam Neiva Moreira (PSP), Cid Carvalho (PTB) e Renato Archer (PSD). Antes das eleições, porém, consolidou–se o golpe que depôs João Goulart e, como observou o então jornalista e político maranhense, Benedito Buzar (1998, p. 454), também no Maranhão, “as ações que se seguiram ao golpe militar, voltadas para a consolidação do movimento revolucionário no poder, tinham um objetivo crucial: afastar inapelavelmente, o PSD e o PTB da máquina governamental, porquanto era a UDN a fonte inspiradora da quartelada”. Com isso, o cenário político se modifica fortemente e mediante severa onda de expurgos e cassações de direitos políticos, restaram na disputa para o governo estadual, as candidaturas de José Sarney, que incorporou a UDN à sua coligação, e Renato Archer (PTB, PSD), apoiado por Freire e Cid Carvalho, e uma nova candidatura, a de Costa Rodrigues, lançada pelo PDC/PL com apoio do governador Newton Bello. Neiva Moreira teve seu mandato eletivo cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos.

A candidatura de José Sarney beneficiou–se de vinculação cada vez mais estreita com os militares, principiando com seu apoio ao golpe e voto em Castelo Branco, na eleição indireta, realizada pelo Congresso Nacional, enquan-

to a opção do senador Vitorino Freire foi pela candidatura do Marechal Eurico Gaspar Dutra. Embora Freire não tenha sido opositor ao “regime revolucionário”, atitudes como esta indicam sua disposição, ao menos, para barganhas, ao invés da plena aquiescência às medidas do novo regime. Foi no ritmo dessa aproximação com os governos militares que José Sarney conseguiu que fosse realizada a tão demandada revisão do eleitorado maranhense, pleito há muito apresentado pelas oposições coligadas, mas nunca atendido, posto que o resultado, inapelavelmente, destroçaria uma das bases de sustentação do poder local de Vitorino Freire.<sup>2</sup>

Sarney venceu com folga (53,7%) a disputa para governador do estado, em 1965. A revisão eleitoral e outros apoios do governo federal, somados ao enfraquecimento do principal adversário do mesmo campo (Vitorino Freire) e a eliminação do principal adversário no campo oposicionista (Neiva Moreira), a vitória também foi apoiada em atributos pessoais de Sarney, muito empenhado em se afirmar como liderança popular e maranhense genuíno, além de forte campanha com pioneiras técnicas de *marketing* eleitoral, sinalizando para um “Maranhão Novo”, desenvolvido, sem as misérias e violências perceptíveis a olhos nus e dramaticamente registradas pelas lentes de Glauber Rocha (COSTA, 2006)

O projeto de afastar antigas elites dirigentes se processou de modo ambíguo e com muitas idas e vindas, pois o lugar de principal representante da “revolução” no Maranhão era, na verdade objeto de várias disputas; primeiro, entre Sarney e Vitorino Freire; depois, entre Sarney, já no Senado, com o seu vice, que o sucedeu quando da candidatura ao senado; depois com o novo governador eleito, Pedro Neiva de Santana, e com o próximo, Osvaldo Nunes Freire, cuja eleição reacendeu, embora já sem força, a posição de Vitorino Freire. Foi a eleição de João Castelo, em 1979, e, posteriormente, a de Luís Rocha, juntamente com seu posto de comandante nacional dos partidos de apoio aos governos militares, ARENA e PDS, que consolidam as bases do chamado “sarneísmo”, coroado, enfim, com a ascensão de Sarney à presidência da República, fruto das negociações e medidas de “segurança” sobre os rumos da transição democrática entre agentes da ditadura e grupos de oposição (ZAUERBUCH, 2010; ARANTES, 2010)

---

<sup>2</sup> As fraudes mais recorrentes identificadas pela Comissão de Inquérito encarregada de apurar as denúncias foram: coincidência entre as assinaturas contidas nas folhas individuais de votação, eleitores inscritos duas vezes em sessões diferentes; pessoas com duplo ou triplo domicílio eleitoral; fotografias usadas para inscrições de eleitores diferentes; menores de idade com título eleitoral (apud BUZAR, 1998, p. 460). Segundo essa mesma fonte, a apuração das fraudes ensejou o afastamento de juizes de várias cidades e incêndios em cartórios.

O governo de José Sarney (1966–1970) transcorreu em fina sintonia com os governos militares, tanto em termos políticos, como na retórica e projeto desenvolvimentista. A chamada modernização do Maranhão, empreendida por Sarney, é comumente associada a grandes obras, como: construção da usina hidrelétrica de Boa Esperança, que passou a fornecer energia a cerca de 40 cidades do interior no MA, PI e CE; as primeiras estradas asfaltadas (cerca de quinhentos quilômetros) e mais dois mil quilômetros de estradas de terra; rede de telecomunicações; implantação de ginásios estaduais (só havia um) e significativa ampliação do número de matrículas escolares; inauguração da ponte do São Francisco e do porto do Itaqui; barragem do rio Bacanga, entre outras. Além das obras, também é destacada a modernização do campo, mediante atração de grandes empresas, e as iniciativas de modernização administrativa, via racionalização, planejamento e reforma administrativa (FGV/DHBB, 2003; COSTA, 1997, 2006; GONÇALVES, 2000).

A despeito do Maranhão permanecer como um dos estados mais pobres do país, essas iniciativas modernizantes são celebradas até hoje e apontadas como muito impactantes e decisivas para algumas melhorias alcançadas. Na análise de impactos, porém, não se pode perder de vista que a magnitude imputada a essas iniciativas têm relação direta com a situação anterior, a realidade econômica e social do Maranhão até a década de 1960, dominada pela extrema pobreza da maior parte da população e pela estagnação econômica. Ademais, algumas dessas medidas produziram efeitos deletérios que se desenvolveram na contramão da melhoria das condições de vida da população, especialmente no campo, onde a “modernização” desencadeada pela Lei de Terras<sup>3</sup> agravou a concentração fundiária e os conflitos de terras, além de desmantelar a produção da agricultura familiar; na capital, a implantação da zona industrial acarretou remoções compulsórias que inauguraram a formação de grandes e desassistidas periferias. No seu conjunto, porém, o “Maranhão Novo” de Sarney, seguramente criou um clima de euforia que, em certa medida, obscureceu a percepção de que uma ditadura estava em pleno funcionamento no país, ainda mais por que os recursos para essas obras, via de regra, vinham do governo federal e as inaugurações, também via de regra, contavam com a presença dos generais presidentes e patrocinadores.

Nos anos 1970, ocorreu nova leva dessa modernização, materializada em grandes projetos minero–metalúrgicos destinados à exportação de recursos

---

<sup>3</sup> Esse problema se agrava a partir da Lei de Terras (MARANHÃO, Lei nº 2.979 /69), que facilitava o preço, legalização e a “limpeza” (remoção dos habitantes) de imensas áreas de terra passada às mãos de empresas de produtores de outros estados, supostamente interessadas em produzir no Maranhão, o que não se confirmou.

naturais como o ferro e o alumínio. Foram implantados projetos capitaneados pela Companhia Vale do Rio Doce (exploração do ferro da serra de Carajás, no PA) e pelo Consórcio ALUMAR–*Billington Shell*, voltado à produção de alumínio e alumina, novamente envolvendo remoções forçadas, desorganização da pequena agricultura, além de danos e riscos ambientais. São projetos idealizados de fora e para fora do estado, com elevados investimentos públicos, baixa empregabilidade, degradação ambiental e economia de enclave, cujos componentes “modernizantes” legados ao Maranhão tem sido, fundamentalmente, corredores ferroviário e portuário para exportação de bens primários. Modernização de efeitos modestos, no plano econômico, e perversos, no plano social.

Nos primeiros anos da ditadura, a agenda modernizante do governo Sarney, associada ao uso pioneiro e cuidadoso de *marketing* e plena cobertura dos governos militares aos projetos do aliado maranhense possibilitou a José Sarney afirmar-se como liderança regional, lastreada em forte inserção no plano federal. A euforia associada às obras e à propaganda de um “Maranhão Novo”, dito reformado e em processo de planejado desenvolvimento, se alimentava dos recursos e da presença de generais ditadores, que no Maranhão chegavam como benfeitores e inauguradores de obra. Neste contexto, no compasso da construção de imagem heroica para José Sarney, a ditadura ia passando, ora despercebida, ora sublimada em vestes democráticas, como nesse depoimento de Sarney, para a revista *Veja*, em 1971:

Seria angelismo achar que algum regime aceitaria uma contestação que o levasse à destruição. Com relação à “guerra revolucionária”, afirmou: “ela existe, está aí e interessa a todos nós que ela acabe [...] A democracia tem instrumentos de defesa e acredito que outra coisa não tem feito o presidente Médici senão procurar construir e implantar esse sistema de defesa” (Apud DHBB, vol. 5, p. 5292)

## **Controles sobre o Legislativo Estadual, poderes municipais, partidos e eleições**

Uma das primeiras providências da ditadura inaugurada em 1964 foi a redução, ou mesmo eliminação, dos direitos políticos. Começaram com o enfraquecimento dos direitos civis, sacrificando as liberdades individuais, o acesso à justiça e a liberdade de imprensa e artística. No âmbito mais estritamente político, as restrições também vieram desde 1964 na forma de: Lei das inelegibilidades e cassações de mandatos (com as “operações limpeza”, inquéritos policiais militares e o AI 1); extinção dos partidos vigentes, bipartidarismo, eleições indi-

retas para presidente e vice com votação nominal e pública, cassações de mandatos, suspensão de direitos políticos e Estatuto dos Cassados (AI 2, 1965); fechamento provisório do Congresso Nacional (1966, por Ato Complementar ao AI 2); eleição indireta, pública e nominal para governadores de estado e nomeação de prefeitos das capitais e áreas de segurança nacional (AI 3, 1966); fechamento do Congresso por tempo indeterminado (AI 5, 1968), além dos vários “pacotes eleitorais” alterando as regras de disputas em curso, desequilibrando-as em prol das candidaturas da ARENA/PDS. No conjunto, essas medidas produziram um sistema representativo cuja (paradoxal) preservação pelos governos ditatoriais se deu à custa do esvaziamento e deformação de sua natureza e função.

No caso do Maranhão, tão logo se consumou o golpe, autoridades e instâncias do poder público se apressaram em manifestar apoio e subordinação ao novo regime. A Assembleia Legislativa, por exemplo, logo preparou uma lista de “subversivos” a serem afastados das funções públicas para as quais foram eleitos. Aprovou, então, a Resolução ALEMA nº 278, de 17/04/1964, de constitucionalidade bastante contestada, declarando a perda dos mandatos, “por exercício de atividades comunistas”, dos deputados Sálvio Jesus de Castro Costa (Sálvio Dino) e Benedito Bogéa Buzar; dos suplentes Joaquim Rodrigues Mochel, Manoel Vera Cruz Ribeiro Marquês, William Moreira Lima, e José Tribuzi Pinheiro Gomes; pela “prática de atos subversivos” foi cassado o suplente José Lobato Nogueira Neves, (Diário da ALEMA, 21/05/1964). Já em base do Ato Institucional nº 1 (AI 1), de 09/04/1964, o deputado federal Neiva Moreira (PSP) foi cassado e perdeu seus direitos políticos por dez anos. No âmbito municipal, foram cassados os vereadores José Mário Santos (São Luís) e Edson Vidigal (Caxias) e os prefeitos das cidades de Tuntun, Presidente Dutra e Imperatriz (BUZAR, 1998, p. 452–4).

Essas cassações de mandatos e, no ano seguinte, a eleição de José Sarney para o governo do estado são exemplares da influência dos governos militares na dinâmica e resultados político-eleitorais nas unidades da federação e, de modo particular, no Maranhão. Além das já mencionadas “depurações”, por meio de cassações e supressão de direitos políticos, a eleição de José Sarney em 1965 se deu sob o manto protetor da ditadura, sendo emulada para quebrar o poder vitorinista, fomentando crises entre líderes do PSB e abrindo caminhos para um nome de maior confiança do novo regime. Uma vez afastado o principal competidor (Neiva Moreira), o general Castelo Branco envidou esforços para garantir a revisão eleitoral e tropas federais para o dia do pleito, duas medidas, sobretudo a primeira, decisivas para a vitória de Sarney, conforme explicita Be-

redito Buzar (1998), integrante das oposições coligadas à época e no momento da publicação desta análise, amigo de José Sarney. Diz ele:

Cumprida a primeira etapa de um plano concebido pela Justiça Eleitoral e executado com a chancela do governo revolucionário [a revisão eleitoral] que tinha como objetivo conduzir as Oposições ao poder, restava, para completá-lo deflagrar a sua segunda parte [...], quebrar a força política do governador [Newton Bello] a fim de que ele não tivesse condições de eleger seu sucessor [Renato Archer], candidato não assimilado por Vitorino Freire e olhado com desconfiança pelos militares (p. 467).

Sarney foi eleito com ampla maioria dos votos e ficou no governo até 1970, quando conquistou uma vaga no Senado. A partir de então foi ampliando e consolidando seus vínculos com os militares e sua influência na política local. A competição político-eleitoral no estado se mantinha, tanto no interior do campo governista e pró-ditadura (ARENA 1, ARENA 2 e PDS), como no campo oposicionista – MDB e PMDB. Entre 1965 e 1982, aliados da ditadura ganharam todas as eleições para o governo do estado (Quadro 1), favorecidos pelas já mencionadas casuísticas e intempestivas mudanças das regras eleitorais.

**Quadro 1** – Resultados Eleitorais para o Governo do Maranhão (1965–1982)

ANO	TIPO DE ELEIÇÃO	ARENA/PDS %	MDB/PMDB %	GOVERNADOR ELEITO
1965	Direta	49 (PSP/UDN/ PR)	(PDC/PL – 28 PTB/PSD – 14)	José Sarney (Oposições Coligadas)
1970	Indireta			Pedro Neiva de Santana ARENA
1974	Indireta			Nunes Freire (ARENA2)
1978	Indireta			João Castelo (ARENA)
1982	Direta		17 (PDT, 1,2; PT, 0,8; PTB, 0,6)	Luís Rocha (PDS)

**Fonte:** Organizado pela autora a partir dos dados de COSTA 1997 e BUZAR, 1998.

Em relação ao Legislativo estadual e federal, os resultados (Quadro 2) também demonstram sistemática maioria dos partidos dos militares, os quais, também nessas eleições são beneficiários das facilidades e casuísmos eleitorais, aos quais acrescenta-se aqui: o esvaziamento da propaganda eleitoral no rádio e TV pela Lei Falcão (1976), que a reduziu à apresentação do nome, número, cur-

rículo e uma fotografia do candidato; pela instituição de senadores “biônicos” (1977), um terço que não seria eleito, mas indicado pelo presidente da República; e pela exigência de “voto vinculado” (1982): todos os cargos do mesmo partido.

**Quadro 2** – Eleições Legislativas no Maranhão durante a Ditadura Militar<sup>4</sup>

ANO	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA (N)		CÂMARA FEDERAL (N)		SENADO (N)	
	ARENA	MDB	ARENA	MDB	ARENA	MDB
1966	31	9	13	3	Eugênio de Barros* Vitorino Freire* Sebastião Archer*	0
1970	17	4	6	1	Alexandre Costa José Sarney	0
1974	22	5	8	1	Henrique de La Rocque	0
1978	31	5	10	2	José Sarney Alexandre Costa (biônico)	0
1982**	34	8	14	3	João Castelo	0

**Fonte:** Elaborado pela Autora a partir dos dados de Costa (1997), complementados por Abreu, Belloch, Lattman–Weltman e Lamarão (Orgs.), (2001) e Site Wikipédia/ Eleições estaduais no Maranhão. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Eleições\\_estaduais\\_no\\_Maranhão\\_em\\_1966](https://pt.wikipedia.org/wiki/Eleições_estaduais_no_Maranhão_em_1966)>. Acesso em 13 jan. 2019

O cenário desenhado por esses números é de clara dominância dos partidos vinculados à ditadura que, aos poucos, consolidou José Sarney como principal representante no estado. Registre-se, contudo, que desde o retorno das eleições diretas nas capitais, São Luís passou a ser um ponto de tensão nessa hegemonia, reforçando seu título de “ilha rebelde”, adquirido desde a conhecida “greve de 1951”, quando a cidade resistiu durante três meses à posse de um governador, eleito pelo PSD em pleito conturbado, sob graves acusações de fraudes.

<sup>4</sup> Todos foram eleitos pelo PSD em 1962 e migraram para a ARENA após o AI 2. Dos deputados federais eleitos em 1962, 11 eleitos pelo PSD foram para a ARENA; dos que foram para o MDB, 04 vieram PSD e 01 da UDN. Com a Reforma Partidária de 1979, ARENA e MDB foram extintos e seus integrantes migraram, em sua grande maioria, para o PDS e PMDB, respectivamente.

## Repressão ao “inimigo subversivo”

Um traço marcante da ditadura implantada em 1964 foi a criação e funcionamento de amplo sistema de informação e repressão voltado à garantia da chamada segurança interna. Centralizada pelo Serviço Nacional de Informação – SNI. Essa rede funcionava no monitoramento e repressão de agentes individuais e coletivos considerados “inimigos internos”. Para tanto foi montado robusto aparato de informação vinculado aos ministérios civis e militares: Departamentos de Segurança e Informação – DSIs, Assessorias de Segurança e Informação – ASIs e Centros Especiais vinculados a cada ramo das Forças Armadas: do Exército – CIE; da Marinha, CENIMAR, da Aeronáutica – CISA, e do Ministério das Relações Exteriores – CIEEX, vez que até no estrangeiro os “subversivos” eram monitorados. Também entravam nessa rede as Delegacias/Departamento de Ordem Política e Social – DOPS, criadas ainda no governo Vargas ligadas às Secretarias Estaduais de Segurança, e que, durante a ditadura militar, exerceram importante papel de monitoramento e repressão; os Destacamentos de Operação Interna (**DOI**) e os Centros de Operações e Defesa Interna (**CODI**), expressões emblemáticas dos chamados “anos de chumbo”, quando as violências, notadamente as práticas de tortura, se adensaram, empurrando as formas de resistência para caminhos também radicais, como a luta armada, guerrilhas rurais e urbanas, visto que outros espaços de contestação estavam interditados (BRASIL/CNV, 2016; FICO, 2001; NAPOLITANO, 2014; ALVES, 1984; REIS FILHO, 2014; REIS FILHO; RIDENTI e MOTTA, 2014).

Também no Maranhão, os identificados como “inimigos” logo se tornavam alvos de controle e repressão, que começavam por aqueles considerados suspeitos ou vulneráveis às iniciativas do grande “inimigo”, o comunismo – o de fora que se internaliza, o eterno e sempre recidivo “fantasma” que ronda o mundo capitalista, sobretudo naqueles tempos, de guerra fria e polarização geopolítica, com o Brasil em ostensivo alinhamento aos EUA, líder do bloco anti-comunista. Esta visão conduzia a um combate preventivo apoiado em doutrinas e práticas pautadas na presunção de que o mundo continuava em guerra, uma guerra de novo tipo em que o inimigo, já não sendo um ente estatal distante, era o “infiltrado”, capaz de arrebatam corações e mentes, um “inimigo” de dentro, próximo, interno (ALVES, 1984). Esta visão se objetiva na condução da luta política nos termos de Schmitt (1992), para quem a política consiste numa relação amigo/inimigo onde os últimos devem ser destruídos, eliminados. Tratava-se, em um e outro caso, de eliminar o “inimigo”, que, no contexto da ditadura militar, eram os “subversivos”, “vermelhos” “terroristas”, os “comunistas”.

De modo geral, e no Maranhão em particular, além dos DSIs, ASIs, polícias e forças armadas, o DOPS foi um órgão de intensa atuação na guerra ideológica e repressiva. Ligado à Secretaria Estadual de segurança, desempenhava papel tanto de vigilância como de repressão aos declarados ou potenciais “inimigos” do regime. Nas ações de vigilância, o DOPS integrava o Sistema Nacional de Segurança, cumpria atividades de produção e circulação de informações sobre suspeitos, muitas vezes por via da infiltração de agentes em organizações e movimentos contra a ditadura. Em razão de possuir e, dentro das suas possibilidades, alimentar amplo arquivo com dados de “subversivos” de todo o país, o DOPS MA também era instado a se manifestar sobre pleitos apresentados a instituições públicas, como concessão de documentos, participação em chapas para representação profissional ou corporativa, empregos etc. A condição de “fichado no DOPS” era equivalente à cassação da cidadania. Sobre a repressão e maus tratos levados a cabo pelo e no DOPS MA, o trabalhador rural e sindicalista Manoel da Conceição relata sua prisão por mais de dez dias nesse órgão. Diz ele:

No DOPS, a gente dormia no cimento, não tinha nem jornal pra forrar. Nas paredes era percevejo por todo canto. Amanhecia melado de sangue. Cada rato do tamanho de um porco. Passavam em cima da gente de noite. Ratão pelado. Ave Maria! Que nojeira! (SOARES; ANTUNES, 2010, p. 238)

Entre os primeiros “suspeitos”, sindicalistas, estudantes, políticos, religiosos progressistas e defensores da democracia em geral foram alvos de investigação e repressão pelo DOPS e outros órgãos de segurança. O Quadro 3 traz uma breve ilustração das práticas ditatoriais no Maranhão. Não se trata de um apanhado exaustivo ou representativo (em termos estatísticos) de um conjunto mais amplo. Ainda assim, constituem ricas expressões da ditadura, seus alvos e *modus operandi* no estado.

**Quadro 3** – Medidas de controle e repressão contra Agentes Coletivos

Tipo de Agente	Identificação os Agentes e Medidas Adotadas
Sindicatos	<b>Orla Marítima e União dos Ferroviários do Maranhão</b> (ligados ao CGT). Tentaram greve e resistências ao golpe, mas suas ações foram sufocadas por soldados do 24BC, comandados pelo comandante Godinho e major Eduardo Mota (BUZAR, 1998).

	<p><b>Empregados no Comércio.</b> Detenção, para depoimento, do presidente Vera Cruz Marques e, em 04/04/1964, invasão da sede para apreensão de “material subversivo” (BUZAR, 1998).</p> <p><b>Bancários.</b> Criado nos anos 1950, consta em seus registros que sofreu perseguições e, com a edição do AI 5, em 1968, seu presidente, Renato Vaz Dias Silveira foi preso e torturado (<a href="http://www.bancariosma.org.br">http://www.bancariosma.org.br</a>. Acessado em 20 jan. 2020). Segundo Buzar (441), logo após o golpe, este Sindicato sofreu intervenção.</p> <p><b>Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pindaré Mirim.</b> Fruto de lutas que remontam aos anos 1950, foi criado em 1962 com grande participação de trabalhadores rurais de diversos municípios da região; empreendeu um sindicalismo forte e combativo sob a liderança de Manoel da Conceição, chegando a mobilizar cerca de 50 mil posseiros, que resistiam às expulsões das terras e destruição de cercas e lavouras pelo gado de fazendeiros. Expandiu e politizou suas lutas e resistências a partir da vinculação de seus dirigentes às atividades do Movimento de Educação de Base – MEB, no início de 1960. Com o golpe de 1964 a sede do sindicato foi ocupada pelo Exército e mais de 200 lideranças foram presas e levadas para São Luís (SOARES; ANTUNES, 2010, p. 238).</p>
Movimento Estudantil	<p><b>União Maranhense de Estudantes – UMES.</b> Logo após o golpe, estudantes foram impelidos pelo Cel. Rivas de Carvalho Lima a desistirem de mobilização e protestos programados e a “não se deixarem seguir por agitadores que procuram encaminhá-los para a desordem e a greves e usá-los como instrumentos de suas manobras”. O presidente da entidade, Edimar Santos, sofreu imediata detenção (BUZAR, 1998, p. 443).</p> <p><b>Diretórios Acadêmicos (DAs) na Universidade Federal do Maranhão UFMA</b> – Com base no Decreto nº 477, o reitor, Cônego Ribamar Carvalho interveio nos (DAs) e nomeou Comissões Provisórias para substituí-los por outras organizações, atreladas à Reitoria, situação só superada em 1983, com as eleições livres convocadas pelos estudantes.</p> <p><b>Caminhada pela Paz.</b> Em 1978, estudantes religiosos em caminhada de homenagem ao Papa Paulo VI foram duramente reprimidos pela polícia, sob o pretexto de que, sem andor, não</p>

	<p>seria procissão, mas passeata e estas estavam proibidas (apud BORGES, 2008, p. 53)</p> <p><b>Greve da Meia Passagem.</b> Em 1979, além de intensa repressão às manifestações de rua, que se prolongaram por 5 dias, as lideranças desse movimento, que ganhou repercussão nacional, foram indiciadas para enquadramento na Lei de Segurança Nacional (BORGES, 2008, p. 64)</p>
Partidos Políticos	<p><b>Partido Comunista Brasileiro – PCB.</b> Teve sua sede invadida, documentos apreendidos e prisão dos dirigentes: Maria Aragão e Willian Moreira Lima; todos os signatários do livro de apoio à criação do PCB foram fichados no DOPS, resultando isso na identificação destes apoiadores como “subversivos” e “inimigos da revolução”. Foi mantido na ilegalidade até 1985. Sua principal liderança, a médica Maria Aragão, foi presa e torturada várias vezes.</p> <p><b>Partido Comunista do Brasil – PCdoB.</b> Criado em 1962, ganhou envergadura no Maranhão na segunda metade da década de 1970, com a vinda de diversos militantes que fugiam de perseguições em seus estados de origem. Vinham principalmente do Ceará e de São Paulo e foram obrigados a vários anos de vida clandestina. Engajados em movimentos rurais que lutavam por reforma agrária na conflitiva região denominada “Bico do Papagaio” teve militantes mortos em enfrentamentos armados com a polícia ou capangas de fazendeiros, caso do sindicalista e trabalhador rural, Raimundo Nonato da Silva, Nonatinho, em 17/09/1984.</p>
Organizações Religiosas	<p><b>MEB (Movimento de Educação de Base),</b> vinculado à CNBB. Criado no Maranhão em 1962 por “iniciativa do Bispo Metropolitano Dom José Medeiros Delgado, que, por sua postura considerada ‘progressista’ na época, exerceu o cargo de presidente desse movimento” (RAPOSO, 1992, p. 102). Visando atuar junto às camadas populares no sentido de ampliar sua participação na vida política e social do país, desenvolveu atividades de educação popular, cooperativismo e sindicalismo com foco na identificação e formação de lideranças no campo. No Maranhão, atuou em 19 municípios, mas sobretudo em Pindaré, Pirapemas, Viana, Colinas e Pedreiras. Com métodos acessíveis a pessoas de pouca ou nenhuma escolaridade e fundado nas próprias condições de vida do trabalhador rural, reali-</p>

zava Caravanas Populares de Cultura, Animação Popular e Treinamento de lideranças. Alcançou grande participação, amplificada pelo uso de transmissões radiofônicas pela Rádio Educadora, da Arquidiocese de São Luís e Rádio Pioneira, do Piauí. Em abril de 1964, foi denunciado ao 24BC e à Secretaria de Segurança do Estado, tendo casas de integrantes vistoriadas interditadas pela polícia do estado durante cinco dias consecutivos. Os responsáveis pelo MEB tiveram que prestar depoimentos no 24BC e houve apreensão de seu material de formação (Cartilha) por órgãos de segurança no Rio de Janeiro. Relatando um momento de repressão e medo vivido nesse processo, Manoel da Conceição, um dos formandos, descreve a invasão da casa de Regina Lobo, integrante da equipe do MEB: “eles entraram no quarto, pegaram uma papelada e levaram tudo. Quando a polícia foi embora, a Regina disse: “Eu tenho aqui uns jornais “Brasil Urgente”. Temos que sumir com eles porque agora podem ser subversivos também”. A gente ia molhando tudo e rasgava. Quando terminou, era meio dia. Aí ela disse “Agora, nós temos que largar a casa” (apud SOARES; ANTUNES, 2010, p. 164). Em setembro de 1964, todas as atividades de assessoramento do MEB já estavam paralisadas. Com isso, alguns de seus integrantes se engajaram em organizações de esquerda, notadamente na Ação Popular – AP, que tinha forte presença Nordeste (RAPOSO, 1982; SOARES; ANTUNES, 2010; SIQUEIRA, 2018).

#### **Perseguições a Religiosos em Urbano Santos – MA.**

Em 1970, no bojo de um processo de organização dos trabalhadores rurais que resistiam à expulsão de suas terras ameaçada por grileiros. Dada à injusta situação, os trabalhadores contaram com o apoio da Igreja local em seus processos de resistência e organização. Numa ocasião em que dois trabalhadores rurais foram convocados a depor na delegacia e toda a comunidade decidiu acompanhá-los, houve a invasão da Casa Paroquial pela Polícia Federal que levou preso para São Luís, o padre José Antônio Medeiros, acusado, assim como o pároco Xavier Gilles d’Ableiges, de subversão. Em São Luís foi mantido preso e torturado. Também foram acusados de subversão, de “receberem orientações e dinheiro da URSS e de pregarem os ensinamentos de Mao Tsé Tung” (D’ABLEIGES, 2019, p.

	<p>222). Padre Antônio Monteiro foi preso e em seguida o pároco Xavier Gilles se apresentou à PF, acompanhado pelo Arcebispo, Dom Mota, que disse ao delegado: “Entrego o padre Xavier em bom estado físico e mental”. O delegado da PF João Batista Campelo quis saber “o que o bispo queria dizer com isso”, Dom Mota disse “O senhor sabe muito bem o que eu quero dizer”. Resposta que se baseava nas conhecidas notícias da prática de tortura pelos órgãos de segurança, e, sobretudo, na informação de uma mulher que trabalhava em casa de prostituição onde, na noite anterior, um policial comentara sobre a tortura contra o Padre. Essa informação foi repassada a um bispo envolvido em trabalho da Igreja com mulheres que em situação de marginalidade. A prisão dos dois religiosos no Quartel da Polícia Militar (atual Convento das Mercês) se prolongou por um mês (D’ABLEIGES, 2019; CBJP, 2016; PORTELLA, 2015).</p>
Imprensa	<p><b>Jornal do Povo.</b> Diário maranhense e importante órgão da imprensa oposicionista, deixou de circular em abril de 1964, após cassação e perda dos direitos políticos de seu diretor e proprietário, Neiva Moreira e do seu editor, Bandeira Tribuzzi. Teve sua sede incendiada. (<a href="http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-guimaraes-neiva-moreira">http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-guimaraes-neiva-moreira</a>. Acessado em 25/01/2020)</p>

**Fonte:** Elaborado pela autora com base nas seguintes fontes citadas.

Ao lado, e muitas vezes no âmbito dessas perseguições de caráter mais institucional, alguns agentes individuais foram especialmente visados e vitimados pela repressão. Novamente sem pretensões de apresentar um conjunto exaustivo dos casos, o Quadro 4 apresenta alguns já identificados e que alcançaram maior repercussão.

**Quadro 4** – Medidas de controle e repressão a Agentes Individuais

<b>Agente</b>	<b>Medidas</b>
<b>Augusto José do Nascimento</b> Trabalhador Rural - Sindicalista	Reconhecida liderança rural da cidade de Caxias, foi um dos fundadores e primeiro presidente da Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão (ATAM), fundada em 1956 e da Federação dos Trabalhadores Rurais do Maranhão, fundada em 02/1964 como sucedânea da ATAM.

	Com o golpe de 1964, “foi preso, torturado e teria morrido em um sanatório” (ALMEIDA, 2015, p. 92)
<b>Bandeira Tribuzzi</b> Economista, jornalista e poeta	Detido em 1964. Em Ofício nº 13/77 do Secretário de Segurança Pública do Maranhão, Cel. Carlos Alberto Salim Duailibe, lê-se: “é comunista fichado nos Órgãos de segurança, réu confesso e foi indiciado em inquérito da Guaranição Federal em 1964, onde esteve preso durante 68 dias”. Foi diretor de redação do Jornal do Povo, principal órgão de oposição ao vitorinismo, e articulador da candidatura de José Sarney ao governo estadual pelas “Oposições Coligadas”.
<b>Epaminondas Gomes de Oliveira</b> <sup>5</sup> Carpinteiro, garimpeiro Ex-prefeito de Pastos Bons –MA	Liderança política com atuação em Porto Franco – MA e região do Bico do Papagaio (MA, PA e TO). Acusado comunismo e subversão, foi preso em agosto de 1971 e submetido a torturas, seguidas de morte. Onze dias após sua prisão, a família recebeu o atestado de óbito, mas não teve permissão para exumação do corpo, o que só veio a ocorrer com a instalação da CNV, que o encontrou e devolveu à família, em Porto Franco, para as devidas cerimônias. Quando do seu sepultamento, sua família recebeu uma carta do Padre Alípio Freitas, militante das Ligas Camponesas, da Ação Popular (AP) e do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). Padre Alípio, várias vezes recebido na casa do “velho Epa” diz em sua carta: “Epaminondas foi um lutador desde o primeiro dia em que tomou consciência que era necessário mudar o mundo, foi um combatente revolucionário que fez da sua vida a sua luta, um daqueles que por ter lutado todos os dias da sua

<sup>5</sup> Comumente citado em listas de torturas e mortes na região Centro Oeste. Foi prefeito de Pastos Bons–MA, artesão, carpinteiro, garimpeiro, poeta. Dedicado a causas educacionais nos anos 1930; em 1951 liderou abaixo assinado contra a prisão preventiva de Luís Carlos Prestes; presidente do Partido Republicano em Carolina–MA em 1954; várias vezes hospedou em sua casa o padre Alípio Cristiano de Freitas e José Porfírio, perseguidos pela atuação nas Ligas Camponesas. Preso na “Operação Mesopotâmia”, associada à “Operação Araguaia” e “Trombas de Formoso” realizada pelas Forças Armadas como operação de guerra na região do Bico do Papagaio (MA, TO e PA), com a “única intenção de matar, exterminar” os “inimigos” do regime”. Além de Epaminondas várias outras pessoas do Porto Franco – MA foram presas e torturadas “pessoas que lutavam por um mundo mais justo”, nas palavras do neto de Epaminondas em Porto Franco MA, na cerimônia de entrega do corpo do avô pela CNV (<https://www.youtube.com/watch?v=amrsyxdkaus&list=PL9n0M0Ix12jeksASxE5CMvhbn2jXns3DK>

Acessada em 26 abr. 2016). Primeiro caso de morto/desaparecido localizado e identificado pela CNV.

	<p>vida se tornou imprescindível”.</p> <p><a href="http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/outros-destaques/531-epaminondas-e-enterrado-em-porto-francoma-43-anos-apos-sua-morte">cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/outros-destaques/531-epaminondas-e-enterrado-em-porto-francoma-43-anos-apos-sua-morte</a>. Acessado em 20 jan. 2020)</p>
<p><b>Giordano R. Mochel</b> Coronel do Exército</p>	<p>Transferido para a reserva com base no AI 1 (BUZAR, 1998; DOU de 11/04/1964, p. 2–3). Presumidamente, pelos vínculos diretos e/ou indiretos de sua família com partidos comunistas.</p>
<p><b>José Antônio de Magalhães Monteiro</b> Padre</p>	<p>Maranhense, atuou na organização de Comissões Eclesiais de Base – CEBs e no apoio aos sindicatos de Trabalhadores Rurais na cidade de Urbano Santos e povoado de São Benedito do Rio do Preto. Com vínculos com a Ação Popular – AP, foi preso e torturado sob acusação de subversão e incitação do povo, foi fichado no DOPS e indiciado na Lei de Segurança Nacional. Em relato do seu companheiro de prisão e de cela, Dom Xavier Gilles, preso sob idênticas acusações é afirmado que “o padre Monteiro foi torturado, sim. Vi tudo logo depois, as marcas, as escoriações e, principalmente, o laudo tanto dos médicos do Estado como do médico do arcebispado, que era o padre João Mohana. [...]” (D’ABLEIGES, 2019; PORTELA, 2015, p. 61–62).</p>
<p><b>Manoel da Conceição</b> Trabalhador rural, sindicalista</p>	<p>Trabalhador rural, líder sindical, organizador do “Sindicato clandestino” (desatrelado do Estado) de Pindaré Mirim, articulando o que chamavam de “guerra popular” contra o latifúndio, o gado criado solto que destruía as roças dos pequenos produtores, e contra a ditadura”. Participante das atividades do MEB, e posteriormente da AP, assumira uma visão de resistência armada a partir do campo para cercar as cidades, chegando a visitar a China. Em 1968, foi preso, baleado e perdeu a perna, que gangrenou por falta de tratamento adequado e foi amputada. Preso novamente em 1972, foi levado ao Rio de Janeiro onde sofreu violenta tortura e permaneceu até 1976, quando, por pressão externas, influência da Igreja Católica e da Anistia internacional, partiu para o exílio na Suíça, onde ficou até a Lei da Anistia, em 1979 (SOARES; ANTUNES (Orgs.), 2010).</p>
<p><b>Maria Aragão</b></p>	<p>Movida por extrema admiração por Luís Carlos Prestes,</p>

Médica, dirigente do PCB.	ingressou no Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1945 no Rio de Janeiro, onde estudava Medicina. Retornando ao Maranhão, assumiu responsabilidades de agitação e propaganda do partido e foi acumulando outra no decorrer do tempo em que vai se afirmando como a mais conhecida referência comunista no estado. A partir do golpe de 1964 sofreu várias prisões. Nos momentos de liberdade, teve vida profissional e social bastante destacada na cidade de São Luís. Presa de abril a junho de 1964, foi reconduzida à prisão em novembro. Novamente presa em 1973, foi levada para Terezina – PI, e Fortaleza – CE, sendo submetida a brutal tortura e incomunicabilidade por 07 meses. Saiu depois para aguardar em liberdade o julgamento, no qual foi condenada a mais um ano e meio de prisão, cumprida em São Luís até março de 1977. Viajou para a URSS em 1961 e teve na ousadia e destemor algumas de suas principais características (SILVA, 2017).
<b>Neiva Moreira</b> jornalista	Teve seu mandato cassado em abril de 1964 pela Junta Militar no dia seguinte à edição do Ato Institucional nº 1. Ainda nesse mês, o novo governo proibiu a edição do diário maranhense “Jornal do Povo”, de sua propriedade, cuja sede fora, posteriormente, incendiada. Após vários meses de prisão em quartéis e fortalezas do Rio e de Brasília, exilou-se por vários países e tornou-se editor dos Cadernos do Terceiro Mundo.

**Fonte:** organizado pela autora com base nas fontes mencionadas.

Acrescente-se a estes nomes os de dois maranhenses que, mesmo não tendo sofrido violências durante atuação no Maranhão, tiveram destacada militância na resistência política em outros estados, razão pela qual sofreram brutais ataques por parte das forças ditatoriais. O terceiro nome é de um português de destacada presença nas lutas políticas do estado, o padre Alípio de Freitas.

**Ruy Soares Frazão** – maranhense de São Luís. Seu engajamento político mais forte aconteceu em Pernambuco, onde atuou na Pastoral da Juventude (PJ), na Ação Popular (AP) e no Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Na manhã de 27/05/1974 foi preso na feira de Petrolina-PE por policiais armados, que o espancaram e o ameaçaram de morte. Foi algemado e jogado no porta-malas de uma camionete, sendo morto nesse mesmo ano e o corpo até

hoje desaparecido (<http://memoriasdaditadura.org.br/memorial/ruy-frazaosoares/>). Acesso em: 13 dez. 2019).

**Lourdes Siqueira** – professora, negra, nascida em Codó-MA e integrante da equipe do Movimento de Educação de Base entre 1962 e 1964. Com a desativação do MEB, foi trabalhar no Rio de Janeiro onde, por conta de relações com membros de organização de esquerda, foi presa em 1971, torturada e mantida incomunicável durante nove meses e treze dias. Em seu apartamento, no Rio de Janeiro, a polícia assassinou Aderbal Coqueiro, membro da Vanguarda Armada Revolucionária (VAR), que retornava clandestino de um exílio forçado. Na mesma ocasião, sua mãe, que estava no apartamento também foi presa, fato que levou um jornal do Rio de Janeiro a estampar a seguinte manchete: “Terrorista presa abandona mãe faminta e analfabeta” (SIQUEIRA, 2018, p. 68–81).

**Alípio de Freitas**, padre português; chegou ao Maranhão em 1957, assumindo a Paróquia dos bairros Matadouro (atual Liberdade), Floresta e Fé em Deus, onde se impactou com a miséria das moradias em palafitas, falta trabalho, de saúde e privações materiais de todos os tipos. Foi professor de História e Filosofia na Universidade de São Luís e dedicado à organização política dos mais pobres. Manteve contato com e com as lutas camponesas, no Maranhão, participando da construção da Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão – ATAM (1956–1963), vinculada ao Partido Comunista (PCB) e que alcançou a adesão e participação de grande número de camponeses. Em 1962, participou da criação da organização de esquerda Ação Popular – AP, formada por universitários católicos, e depois, engajou-se no Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) e nas Ligas Camponesas, ao lado de Francisco Julião. Com o golpe de 1964, partiu para o exílio no México e em Cuba (onde fez treinamento político e militar com Che Guevara). Voltou clandestinamente ao Brasil em 1966, engajando-se na luta armada. Em 1970 foi preso e assim permaneceu até 1979. Retornou a Portugal onde continuou sua luta política, até falecer, em junho de 2017 ([https://www.youtube.com/watch?v=NzIwKFA\\_kAQ](https://www.youtube.com/watch?v=NzIwKFA_kAQ)). Acesso em: 08 jan. 2020).

As informações apresentadas nos Quadros 3 e 4 e nos casos adicionais atestam que a ditadura militar chegou cedo no Maranhão e agiu seletiva e cruelmente contra seus oponentes, considerados como “inimigos” a serem eliminados da cena política. Essas e tantas outras pessoas classificadas na mesma condição logo eram “fichadas no DOPS”, condição que lhes rendia toda sorte de prejuízos, desde os mais dramáticos, como os citados anteriormente, até ser chamado para depor em função de gracejos como comparar militares a um “pícolé de abacate”, feito por José Maria do Amaral – professor universitário e de

conhecido cursinho pré-vestibular, até, por ninharias do mesmo gênero, negar benefícios públicos, como bolsas de estudos, emissão de documentos, oportunidades de trabalho e declarações de elegibilidade para disputas sindicais.<sup>6</sup> Os abusos de poder e de irrazoabilidade e o empenho em segregar os “inimigos” eram de tal ordem que há casos como o relatado pelo jornalista Nagib Maranhão, que foi preso por ter se tornado amigo da médica comunista Maria Aragão, à qual levava sua mãe para consultas e, por que, em uma situação de necessidade, recebeu de uma pessoa do PC, um cruzeiro para pagar uma passagem de bonde; isto foi alegado como “prova” de que o jornalista tanto participava como recebia dinheiro do Partido Comunista, devendo, por isso, ser preso (COMISSÃO, 2016, p. 178).

Estes elementos confirmam que a vivência sob a ditadura não era coisa restrita a quartéis e políticos profissionais, mas uma realidade do cotidiano, da cidade e de pessoas comuns, algo que alcançou notável capilaridade na vida social (ACSELRAD, 2012). A ditadura e suas forças repressivas iam das conhecidas mortes em ambientes de tortura, desaparecimentos, mutilações físicas e psicológicas, à violência do exílio forçado, da execração pública, da vida clandestina, dos silenciamentos forçados como a queima e destruição de registros, das perseguições, da intimidação e medo. Esse espraiamento dos tentáculos da ditadura para o cotidiano de qualquer pessoa que assumisse uma atitude crítica materializa aquilo que Arantes (2010, p. 206), a propósito de outras análises sobre a ditadura, denominou como “metástase do poder punitivo”, metástase do mal.

## **Transição “lenta gradual e segura” no estado do Maranhão e principais movimentos de resistência<sup>7</sup>**

São conhecidas as circunstâncias do fim da ditadura e da transição democrática no Brasil: uma transição que, ao gosto dos militares, foi “lenta, gradual e segura” – segura para eles, ou seja, garantidora de que os agentes ditatoriais sairiam incólumes, protegidos e empoderados no novo regime, além, e fundamentalmente, da garantia de que a ordem econômica seria preservada. Mas nem os freios eliminaram as investidas dos militares chamados de “linha dura”, que preferiam manter a ditadura e não escondiam sua hostilidade à democracia, daí reagirem à transição com eventos intimidatórios, como a explosão no Riocentro, e a repressão ao “novo sindicalismo”, que nascia no ABC paulista. Em face dessas resistências pró-ditadura, concessões foram feitas e

---

<sup>6</sup> Informações obtidas em arquivos do DOPS MA/ Série Subversão/Dossiês nº 105.

<sup>7</sup> As informações apresentadas nesta seção estão em BORGES, 2008

negociadas no sentido de afastar a possibilidade de rupturas e assegurar certas continuidades, as quais limitaram o alcance das mudanças, como se deu com a lei da anistia e no veto às “Diretas já”. Ainda assim, o período da transição caracterizou-se pelas resistências e embates em várias frentes que proclamavam “abaixo a ditadura”. Também no Maranhão as resistências em fins da década de 1970 e na década de 1980 ocorreram em múltiplos espaços e segmentos.

No âmbito político-partidário, a organização do Movimento de Oposição pra Valer, empreendido por diversos setores organizados da sociedade civil em torno da eleição, pelo MDB, de candidatos comprometidos com a agenda dos movimentos sociais, em 1978. Foi eleito deputado estadual o economista Haroldo Sabóia, numa campanha que envolveu todos os segmentos organizados contrários à ditadura. A pujança desse movimento rendeu um capital eleitoral tão forte e duradouro, que possibilitou sucessivas vitórias nas urnas.

No campo específico dos direitos humanos, um dos resultantes políticos do Movimento de Oposição pra Valer foi a criação da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos – SMDDH, em 1978 e que, desde então vem realizando inestimável trabalho nessa seara. Também nessa categoria, foi organizada a seção maranhense do Comitê Brasileiro pela Anistia, que atuou em articulação ao Comitê Nacional no sentido de viabilizar a anistia àqueles que foram perseguidos pelo regime ditatorial.

Nos movimentos sociais, os estudantes foram protagonistas, sobretudo com a greve da meia passagem, em 1979, que sustentou uma mobilização duradoura e com ampla aceitação dentro e fora do ambiente estudantil, por um direito que, embora legalizado, não era efetivado a despeito da urgente necessidade de acesso ao transporte coletivo. A desmedida violência das forças repressivas e órgãos de propaganda do estado contra o movimento e os manifestantes não os fez arrefecer ou recuar: a greve só foi encerrada com a conquista da meia passagem para todos os estudantes. Antes dessa greve, os estudantes enfrentaram o “entulho autoritário”, participando do processo de reconstrução da UNE e outras mobilizações em defesa de direitos e da democracia. Outra mobilização que se destacou no início dos anos 1980 foi o Movimento contra a carestia (MCC), o qual replicou em São Luís mobilizações nacionais que denunciavam e exigiam soluções para a elevada inflação, então denominada de carestia; com formas criativas, o MCC alcançou densa capilaridade em vários espaços da cidade, onde o custo dos alimentos os tornava tão inacessíveis aos mais pobres que o próprio governo instituiu um programa alimentar denominado “Bom Preço”. Também é desse período o primeiro movimento ambientalista do Maranhão, o Comitê de Defesa da Ilha, que denunciava a degradação ambiental resultante dos grandes projetos em implantação.

Entre artistas e intelectuais, a movimentação também foi intensa, sobretudo em torno do recém-fundado Laborarte, laboratório de arte, voltado à produção e difusão artística em suas várias expressões (teatro, música, cinema, artes plásticas), sempre com um viés de criticidade e politização, além de fina sintonia com elementos da cultura popular regional.

No sindicalismo, o atrelamento dos sindicatos ao Estado sempre foi um limite ao fortalecimento desse setor, mas, sob os influxos do novo sindicalismo do ABC paulista, várias categorias iniciaram e/ou retomaram processos de organização e mobilização, às vezes até contra direções “pelegas”, subordinadas ao Estado e aos patrões, como foi o caso dos motoristas e cobradores de empresas de transportes coletivos; em várias categorias foram organizadas oposições sindicais. Na zona rural, o clima era de guerra em função dos conflitos agrários com muitas violências e mortes, mas nem sempre essas lutas passavam por Sindicatos. No conjunto, esse período registra notável crescimento do sindicalismo independente no estado do Maranhão.

Na Igreja (Católica) houve o fortalecimento das Pastorais Populares voltadas à inserção em setores fundamentais como: terra; indígena; juventude; universitário; criança; justiça e paz. A efervescência também se mostrava no trabalho da paróquia de São João em apoio à organização estudantil, e em relação às lutas no campo, registre-se o cuidadoso empenho do Padre Victor Asselin, um dos fundadores da Comissão Pastoral da Terra, em estudar e sistematizar os meandros e fraudes envolvidos na questão fundiária do estado, através de diligente trabalho convertido no livro “Grilagem: corrupção e Violência em terras do Carajás” (1982); outro exemplo é o de Dom Pascácio Rettler, bispo da diocese de Bacabal que, em 1986, excomungou o governador do estado, Luís Rocha (PDS) como manifestação de recusa e denúncia à violência no campo ante a omissão aquiescente das autoridades públicas.

A lista seguiria longa, pois, efetivamente, este foi um momento de ricas mobilizações no Maranhão, a despeito de também haver mobilizações antidemocráticas. Sobre o que foi dito, emerge, porém, uma interrogação automática e necessária: há pertinência em se estabelecer conexões causais entre esses eventos e as resistências contra a ditadura? Será que eles não poderiam ser tomados nos marcos das rotinas de manutenção da ordem? Certamente, estes são eventos que poderiam acontecer fora de um regime ditatorial, entretanto, a plena vigência do conceito de “segurança nacional” e a conjuntura de nítida polarização e politização, não só autorizam, mas impõem que os mesmos sejam considerados no âmbito dessa dialética entre ditadura e resistências democratizantes.

## Considerações finais

A ditadura militar chegou ao Maranhão em 1964, com medidas seletivamente dirigidas aos agentes individuais e coletivos considerados “inimigos”. A estratégia de substituição de elites dirigentes associadas à “velha ordem” em prol de outra mais identificada com o novo regime encontrou em José Sarney não só uma alternativa, mas um empenhado articulador desse projeto. Acionando conhecida praxe de buscar apoio no governo federal, Sarney chega ao governo estadual acelerando o processo de erosão do “vitorinismo”, que dominava a política local; aos poucos vai afirmando o seu próprio domínio, guindado por uma agenda de obras modernizantes, tributária tanto dos últimos governos vitorinistas, como dos grandes projetos federais, e do seu empenho em edificar para si uma imagem de moderno e popular. O clima de mudanças, com as novas obras e propaganda, obscureceu a percepção de que o país vivia uma ditadura, cujas garras jamais pouparam o Maranhão e os maranhenses, e muitas das violências usuais no estado contra os que se insurgiam contra a miséria, o latifúndio e injustiças, passaram a contar com nova e imponente retaguarda chamada de defesa da “segurança nacional”. Mas, também no Maranhão, houve resistências.

## Referências

- ABREU, A.; BELLOCH, I.; LATTMAN– WELTMAN, F.; LAMARÃO, S.T.N (Orgs.). **Dicionário Histórico–Biográfico Brasileiro Pós 1930**. v. 1–5. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.
- ACSELRAD, H. Entre a lua e a rua: uma topologia social da clandestinidade política na cidade do Rio de Janeiro, 1969–1973. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 18. n. 1, , 2017.
- ALMEIDA, A. W .B. **Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão**. Rio de Janeiro: Casa 8, 2015.
- ALVES, M. H. M. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ARANTES, P. E. 1964: o Ano que não terminou. In: TELES, E.; SAFATLE, V.(orgs.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 205–236.
- ARENDT, H. **Homens em tempos sombrios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

ASSELIN, V. **Grilagem**. Grilagem corrupção e Violência nas terras do Carajás. São Paulo: Vozes, 1982.

BRASIL/COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). **Relatório Final**. Vol. 1. Brasília, 2014.

BORGES, A. B. **PT Maranhão 1980–1992**: origens, organização e governos municipais. São Luís: EDUFMA, 2008.

BUZAR, B. **O Vitorinismo** – lutas políticas no Maranhão de 1945–1965. São Luís: Lithograf, 1998.

CALDEIRA, J. R. Estabilidade social e crise política: o caso do Maranhão. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, Belo Horizonte, n. 46, p. 55–101, 1978.

COMISSÃO BRASILEIRA DE JUSTIÇA E PAZ. **Memória e Compromisso** – a participação dos cristãos na redemocratização do Brasil e Anistia Política. Brasília: Ministério da Justiça / Comissão de Anistia, 2016.

COSTA, W. C. **Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”**: a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. São Luís: UFMA / DEHIS (não publicado), 1997.

\_\_\_\_\_. **Sob o Signo da Morte** – o poder oligárquico de Vitorino a Sarney. São Luís: EDUFMA, 2006.

D’ABLEIGES, X. G. M. **Quando a palavra encontra a vida**. São Luís: Claudio Zannoni, 2019.

DOPS. **Inventário Analítico das Séries de Documentos DOPS/ Subversão**. São Luís: APEM, 2010.

FICO, C. **Como Eles Agiam** – os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GONÇALVES, M. F. C. **A Reinvenção do Maranhão Dinástico**. São Luís: UFMA/PROIN–CS, 2000.

LEAL, V. N. **Coronelismo, Enxada e Voto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

NAPOLITANO, M. **História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

RAPOSO, M.C.B. **Movimento de Educação de Base** – MEB, discurso e prática 1961–1967. 1982. 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – FGV/ IEAE/ Departamento de Administração de Sistemas Educacionais, , 1982.

REIS FILHO, D. A. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS FILHO, D. A., RIDENTI, M.; MOTTA, R. S.P. **A ditadura que mudou o Brasil**: 50 anos do golpe de 1964. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, Flávio. **Grupos Políticos e Estrutura Oligárquica no Maranhão**. São Luís: UNIGRAF, 2007.

Schmitt, Carl. **O Conceito do Político**. Petrópolis: Vozes, 1992.

SILVA, M. F. **A Besta-Fera vai ao paraíso**: uma análise da construção da memória e identidade pública da médica e comunista maranhense Maria Aragão. 2017. 208 f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Sociais) – UFMA/PPGSOC, , 2017.

Sindicato dos Bancários do Estado do Maranhão. Disponível em: <<http://www.bancariosma.org.br>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

SIQUEIRA, M.L. **À Flor da pele** – história dos mundos por onde andei. Belo Horizonte: Maza Edições, 2018.

SOARES, P.E. F.; ANTUNES, W. B. (Orgs.). **Manoel da Conceição Santos** – Chão de minha Utopia. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

WIKIPÉDIA. **Eleições estaduais no Maranhão** – 1966,1970,1974, 1978,1982. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Eleições\\_estaduais\\_no\\_Maranhão\\_em\\_1966](https://pt.wikipedia.org/wiki/Eleições_estaduais_no_Maranhão_em_1966)>. Acesso em: 13 jan. 2019.

ZAVERUCHA, J. Relações Civil–militares: o legado autoritário da Constituição de 1988. In: TELES, E, e SAFATLE, V.(orgs.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 41–76.